

RESENHA CRÍTICA DO LIVRO “RUPTURA: A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL”, DE MANUEL CASTELLS

Beatriz Marino¹

Giovanna Corrêa Kiuchi²

1. INTRODUÇÃO

Em *Ruptura: a crise da democracia liberal*, Manuel Castells discorre acerca da ruptura entre governantes e governados. Castells, trata da questão da crise da democracia liberal no contexto da eleição de Donald Trump e da saída do Reino Unido da União Europeia. O autor aborda o tema dessa crise de legitimidade de forma realista e com a intenção de desmistificar o tema e constatar que a crise política da qual trata tem uma dimensão global, acima das características próprias de cada sociedade, analisando o colapso gradual do modelo de representação que é a democracia.

2. DESENVOLVIMENTO

No capítulo inicial, o autor faz uma análise breve do que é a democracia, fornecendo um panorama geral do que o modelo propõe e apresenta as situações que por conjectura levaram a crise da legitimidade política. Castells faz referência a citação de Churchill que diz que a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras formas que foram experimentadas de tempos em tempos. Apesar de certificar-se que a democracia é a melhor forma de governo, há um desapontamento por parte das pessoas com relação à forma como a vivem. Esse desapontamento gera comportamentos sociais e políticos que estão transformando as instituições e as práticas de governança ao redor do mundo. A crise da democracia liberal resulta da conjunção de vários processos que se corroboram mutuamente.

Castells trata que quanto mais o Estado-nação se distancia da nação que ele representa mais se dissociam o Estado e a nação, com a conseqüente crise de legitimidade intrínseca à mente de tantos cidadãos condicionados à margem das decisões essenciais às suas vidas. Com isso, a identidade política dos cidadãos – construída a partir do Estado – vai sendo substituída

¹Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

²Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

por identidades culturais diversas, que carrega consigo sentidos para além da política. Fazendo referência à globalização, o autor tece a relação entre a rede e a necessidade que o Estado-nação possui de transcender o indivíduo e como, nesse caminho, a representação humana na política democrática sofre uma profunda crise de legitimidade.

Ademais, as crises econômicas se estenderam à crise do Estado de bem-estar social, com a presença da social democracia na Europa. No momento em que mais sacrifícios foram exigidos dos cidadãos para sair da crise, em alguns países, e em particular na Espanha, que tem um dos cenários políticos mais corruptos da Europa, começou-se a revelar uma série de casos de corrupção política que acabou por arruinar radicalmente a confiança nos políticos e nos partidos. Nesse viés, explicita que a corrupção é um traço geral de quase todos os sistemas políticos e que é um dos fatores que mais contribuíram para a crise de legitimidade, podendo então estabelecer um parâmetro como o atual cenário político brasileiro que têm sido afetado por essa conjuntura. O atual ano de 2018 é caracterizado como ano de eleições presidenciais no Brasil, desde que as campanhas políticas tiveram seu início, existe um colapso votante acerca da eleição de um candidato e da reeleição de um partido. O partido dos trabalhadores está no governo do país desde 2002 e, grande parcela da população adquiriu uma antipatia que vem se tornando uma joeriza com o passar do tempo. Pode-se perceber que tal ocorrência se dá devido à crise da legitimidade política que, como na Espanha de Castells, teve a corrupção como entrave da confiança nos políticos e nos partidos.

Dentro desse capítulo é tratado sobre a autodestruição da legitimidade institucional pelo processo político, que aborda a luta pelo poder nas sociedades democráticas transitando pela política midiática. Castells afirma que a mensagem mais impactante é a imagem e a imagem mais sintética é um rosto humano, pois a política é substancialmente emocional. A partir do primeiro reflexo emocional, que marca o universo visual emocional, provém o processo cognitivo de elaboração de decisão. É por esse motivo que a ferramenta de luta política mais eficaz é a destruição da confiança através da destruição moral e da imagem de quem se postula como líder, podendo-se afirmar que as mensagens negativas são mais eficazes sem sua influência do que as positivas.

A política do medo é o assunto tratado no segundo capítulo do livro. Castells começa explicitando que o medo é a mais poderosa das ações humanas e, assim, há a deliberada utilização do desejo de proteção para estabelecer um estado de emergência permanente, que corrói e, por fim, nega, na prática, as liberdades civis e as instituições democráticas. As preocupações são sempre em relação “aos outros”, àqueles cuja etnia ou religião os tornam suspeitos. Em todas as sociedades, os setores sociais mais vulneráveis são os que reagem, movidos pelo medo, à

mais poderosa das emoções, e se mobilizam em torno daqueles que dizem o que os discursos das elites não os permitem dizer. Daqueles que articulam um discurso xenófobo eracista. Daqueles que apelam para a força do Estado para resolver ameaças e que denunciam a corrupção imperante em todo canto, embora em muitos casos façam parte da mesma.

Arebelião das massas e o colapso de uma ordem política, no terceiro capítulo, discorrem acerca da eleição de Donald Trump e da saída do Reino Unido da União Europeia. Donald Trump desde o início de sua campanha se situou acima do establishment político e se voltou diretamente para o povo, utilizando-se da rejeição de seu próprio partido para mostrar-se livre de vínculos prévios. Ele entrou na campanha atacando diretamente a imigração e denunciando os mexicanos como ladrões, simbolizando a xenofobia com a promessa da construção de um muro na fronteira com o México, com um discurso que, infelizmente, representava o que muitos americanos pensavam, além de taxar a globalização como inimiga do povo, refletindo um sentimento geral, principalmente no trabalho.

Trump passou a ocupar os veículos de comunicação com sua presença polêmica, descobrindo como estar sempre na mídia sem a necessidade de pagar por ela. Ainda que estivesse de forma negativa, era fundamental permanecer com a monopolização da atenção em torno de sua figura e de seu comportamento.

Desde o início das eleições Hilary e Donald eram os candidatos com maior rejeição na história das eleições presidenciais. Embora os racistas tenham votado em Trump, a maioria dos que votaram nele não é de racistas, mas sim de pessoas atemorizadas pela rápida mudança econômica, tecnológica, étnica e cultural do país, motivo para os velhos brancos terem votado em Trump, para tentar preservar sua realidade conhecida, que viam a distância em certos momentos. O voto em Trump relacionou-se à insatisfação econômica induzida pela crise e pelo desemprego, como também ocorreu na Europa.

Vale o paralelo entre a campanha política e a eleição de Donald Trump com Jair Bolsonaro – candidato eleito à presidência do Brasil. Em ambas campanhas, a utilização da mídia como forma de difusão eleitoral gratuita deu-se de maneira intensa. A ascensão popular de Bolsonaro ocorreu pelas redes sociais, por meio dos afamados memes. Desde então, sua presença na mídia vem sustentando as camadas populares por meio da internet. Tal como foi nos EUA, com Donald Trump, sua incessante presença na mídia aconteceu de maneira positiva e negativa, auxiliando na atenção dada a Bolsonaro. Além do caráter do conteúdo dos discursos propagados se assemelharem perceptivelmente, ambos se difundiram por meio da postura de afrontamento constante.

O autor ainda discute sobre o Brexit, que foi a saída do Reino Unido da União

Europeia. Para que tal fato ocorresse, houve uma reação popular contra as elites políticas, que acabaram se alinhando em favor da União Europeia, causando uma rejeição que veio a ajudar o Brexit. As atitudes que se expressaram na decisão de sair da União Europeia estavam presentes na opinião pública a pelo menos dois anos antes.

Abordando a França em seu livro, Castells trata das mudanças ocorridas na política do país no momento referente às eleições que trouxeram ao cenário Emmanuel Macron. Iniciando a discussão, a crise de legitimidade política na França é exposta em sua análise com dados que indicam que nos anos de 2016 e 2017, 83% dos franceses não se sentiam representados pelos partidos e 88% tinha a percepção de que a maioria dos políticos era corrupta. Esses dados são interessantes para o entendimento do cenário político como um todo. Tendo em vista a realidade brasileira no ano de 2018 com as eleições, o Instituto de Pesquisas Data Folha disponibilizou dados de uma apuração no qual 68% dos entrevistados afirmaram não terem confiança nos partidos políticos e, dessa forma, afastado o imaginário individual a ideia de que os problemas e a desconfiança política são exclusivos ao Brasil.

Alguns fatores de grande influência no esgotamento das democracias liberais são as políticas de austeridade e as antissociais adotadas pelos governos, o que causa crise de legitimidade e surgimento de alternativas, muitas vezes extremas, no cenário do país. Na França, em razão da crise econômica de 2008, políticas de austeridade foram aplicadas, fato que trouxe como consequência 3 milhões de desempregados, congelamento de salários e cortes nos serviços sociais, como o próprio autor expõe. Assim, uma crise política foi agravada ainda pelos governos de Nicolas Sarkozy e de François Hollande. A atitude de ambos gerou aumento de desconfiança nas opções políticas. O autor afirma que a arrogância e o desprezo de Sarkozy pelas posturas necessárias a um presidente e a indecisão e ataques de Hollande a colaboradores de seu governo foi fundamental para o desprestígio tanto dos Republicanos quanto do Partido Socialista e para um distanciamento da população em relação à política. Nesse período surgiu a crítica à globalização e um sentimento contrário à União Europeia, expondo a reflexão da possibilidade de um “Frexit” caso Marine Le Pen fosse eleita.

Ainda no cenário francês, o Partido Socialista enfrentou dificuldades com sua imagem, já que era visto como o partido da austeridade, do desemprego e da corrupção, como o exemplo do ministro do Orçamento, Jérôme Cahuzac, que foi acusado de fraude fiscal e lavagem de dinheiro. Essa conjuntura foi essencial para o surgimento de Emmanuel Macron, que se posicionou ao lado da direita e à esquerda, com candidatura independente, de maneira estratégica, tendo em vista a decomposição do sistema político. Os partidos tradicionais estavam em queda de popularidade e a maioria dos eleitores estavam contra Le Pen, o que configurou um cenário

vantajoso para Macron. A ideia de nova política e uma maior segurança quanto à permanência da França na União Europeia auxiliou o candidato francês a obter maior popularidade entre líderes mundiais como Angela Merkel e Donald Trump. O que estava em questão era a rejeição aos partidos tradicionais, logo, Macron pôde aproveitar-se dessa realidade; os cidadãos não queriam mais um sistema corrupto e repleto de calote programático, queriam uma figura que se diferenciasse. O autor analisa, então, o medo que surgia na França. As elites francesas que se beneficiavam com a globalização temiam a saída do sistema, ou seja, que diversos setores da sociedade, sem possuírem o sentimento de representação, buscassem outras formas de representação, para além do que era do interesse das elites financeiras e tecnocráticas. Na sua caminhada política, mostrou-se contra os partidos políticos e teve como estratégia escolher profissionais apolíticos e sem relação com a corrupção. Nesse sentido, Castells identifica que essas atitudes serviram de resistência da pós-democracia liberal, com a introdução de práticas neoliberais na economia e política autoritária. Para exemplificar, o autor identifica a prioridade que foi dada à reforma trabalhista, com a precarização do emprego e o congelamento de salários. Desse modo, o que ocorreu na França se assemelha muito com a realidade do Brasil, com o golpe mascarado de impeachment de Dilma Rousseff e com as pautas de Michel Temer e a aprovação da Emenda Constitucional 95, com a política de corte de investimentos na saúde e na educação, com teto de gastos determinado para vinte anos, e o desrespeito aos direitos sociais, refletindo a ação de Estado mínimo, grande catalisador da crise da democracia liberal ao redor do mundo.

Ainda na França, o terrorismo foi utilizado como pretexto para medidas autoritárias e, para manter a ordem, a restrição da imigração, a vigia de muçulmanos e a repressão policial eram fundamentais. Contudo, o autor conclui que, apesar da crise de legitimidade derrubado os partidos tradicionais, meses depois de ser eleito, Macron perdeu popularidade e, apesar de ter sido uma opção vista como restauradora da estabilidade política, trouxe à luz incertezas e uma política francesa muito diferente da que sempre esteve presente no país.

O autor passa, então, para uma análise acerca da União Europeia e seus desdobramentos na atualidade. O projeto de união dos países europeus deu-se após anos de guerras e no momento de estabelecimento da paz e pelo auxílio e busca de interesses entre as economias europeias. Entre os objetivos da formação da UE estão a promoção da unidade política e econômica da Europa, melhorias nas condições de vida e de trabalho dos cidadãos europeus e auxílio ao livre comércio entre os membros. A integração econômica foi evoluindo até a criação do euro, porém, a evolução da integração política não se deu da mesma forma, uma vez que alguns países demonstraram forte resistência a essa tentativa. O Reino Unido, por exemplo,

sempre demonstrou interesse pela aliança econômica, mas não política, aspecto que o bloco tentou desenvolver, como a tentativa de formalizar uma Constituição.

Apesar dos pontos positivos do bloco europeu, o autor tratará das falhas existentes na construção da UE, como a falta de um sentimento compartilhado de pertencimento, ou seja, se a identificação de cidadão europeu é benéfica, nenhum problema é identificado, porém, se ocorre a necessidade de auxílio econômico para tratar de problemas sociais e econômicos de alguns países, ocorre uma desestabilidade nessa identificação comum. Dessa maneira, o autor debate acerca dos possíveis fatores de identidade comum, que não pode ser nem a língua, nem a religião, por exemplo, restando então a auto-definição que exclua aqueles que não são europeus e que traduzem uma distinção xenofóbica. Aliado a isso, existe o que o próprio autor define como identidade-projeto, sendo a vontade de compartilhar um projeto comum, de ser europeu acima de cada identidade nacional. Contudo, não tendo formado bases na mente dos cidadãos quanto a essa questão, a integração foi acelerada em relação à aceitação em cada indivíduo, principalmente os setores de menos instrução e os cidadãos mais velhos. Refletido isso, portanto, um projeto elitista e tecnocrático, imposto sem debate e com pouca consulta. Toda realidade contribuiu para aumentar a distância entre os cidadãos e os governos, com um sistema formado de cima para baixo e sem poder democrático, caracterizando um déficit democrático nas instituições europeias.

O euro, criado em 1999 foi um mecanismo de integração institucional na Europa. Nem todos os países integrantes adotaram a nova moeda, uma vez que desejavam manter sua soberania nacional. Entretanto, em 2008, quando ocorreu a crise nos Estados Unidos, as consequências chegaram na Europa e ameaçaram a moeda do bloco europeu. O desemprego cresceu pela restrição de crédito e dos gastos públicos. Nesse período, o autor destaca a questão alemã; o país evidenciou-se hegemônico e conseguiu aplicar políticas de austeridade orçamentária para manter seus interesses e de seu aliados. Ainda nesse contexto, introduz-se a imposição de políticas econômicas aos países europeus do sul e a força do Reino Unido de aplicar sua própria política de austeridade e a insatisfação de cidadãos que observavam as políticas que eram submetidos, enquanto os bancos recebiam auxílio e não saíram prejudicados do processo, em uma clara relação de importância dada aos interesses financeiros e não às prioridades sociais. No fim, as instituições passavam por uma grave crise de legitimidade.

No quarto capítulo do livro, Castells trata da Espanha e do fim do bipartidarismo no país, entre outros aspectos. Mais uma vez, para falar da realidade atual da democracia, o autor trata da mudança no cenário político espanhol. Até então a Espanha era marcada pela alternância de poder entre o Partido Popular, de direita, e o Partido Socialista Operário

Espanhol, um partido social-democrata, em uma organização de bipartidarismo que mantinha certa estabilidade política. Contudo, a frustração e a diminuição da capacidade de articular os interesses da classe popular, pela esquerda, por exemplo, foi alterando o sentimento de representatividade. Os grandes partidos adentraram na corrupção sistêmica, com financiamentos ilegais, tendo o PP estabelecido uma base de decorrupção. Tanto o PP quanto o Psoe combinaram interesses públicos e privados em nome de seus partidos e, além disso, essa prática fez parte do “fazer político” entre os partidos. Podemos perceber que os esquemas de corrupção estão presentes em praticamente todas as conjunturas políticas do mundo e, apesar de ser uma prática que deve ser combatida, a maneira como é feita, na maioria dos casos, serve apenas para outros interesses políticos e para a ascensão de outras figuras com falas de “fim da corrupção”, como ocorre no Brasil.

Na Espanha, o bipartidarismo era dominante, contudo, como o autor aborda ao longo do capítulo, tanto o Psoe quanto o PP perderam credibilidade e apoio da população e, assim, outros atores adentraram no cenário político, como o partido de direita Ciudadanos. O PP estava com a popularidade muito baixa em razão dos casos de corrupção, tendo o Ciudadanos se apresentado como direita neoliberal moderna. Ainda nesse período, surgiu o chamado Podemos, pela esquerda, em contraposição ao Psoe, também em declínio de aprovação popular. Portanto, a mudança no quadro político espanhol foi um reflexo da crise de legitimidade do sistema político e da postura desacreditada dos eleitores frente aos partidos tradicionais. Na Espanha, até a conspiração dentro do Psoe ocorreu, para a retirada de Pedro Sánchez, secretário-geral do partido, do caminho para que Mariano Rajoy pudesse chegar ao governo. Ao longo do capítulo, Castells detalha o processo e os interesses separados da ação. Sánchez havia sido eleito secretário-geral do Psoe e, para concorrer ao cargo de primeiro ministro tentou diversas integrações de governo, inclusive com o Podemos e disse em sua campanha que não apoiaria um governo do PP. Dentro do Psoe formou-se a conspiração que, em resumo, retiraria Sánchez do cargo, fazendo com que Rajoy chegasse ao governo. Dessa maneira, vale ressaltar a audácia da atitude dentro do Psoe para que a conjuntura política fosse formada de acordo com os interesses de integrantes que possuem poder dentro do partido.

Vale abordar o que o autor trata no texto quanto ao uso da internet ao longo das campanhas. Um exemplo foi o espaço nomeado como *Ágora*, criado pelo Podemos para debater e tomar decisões referentes às iniciativas políticas. Essa prática torna-se fundamental frente ao afastamento da população em relação à política e ao constante sentimento de falta de representatividade.

Castells afirma ainda que os partidos social democratas precisam recuperar as políticas

socialdemocratas para que a esquerda possa se recuperar. Para além dessas questões, a Espanha enfrenta a busca da Catalunha por independência e torna perceptível que suas ações intensificam a crise de legitimidade, já que a crise de representatividade será somada a crise de representação das diferenças nacionais, que o Estado espanhol não pode continuar reprimindo.

A situação na Europa começou a ser modificada quando o bipartidarismo característico de países como França e Espanha começou a ser ultrapassado. Em razão da saturação dos cidadãos frente aos partidos tradicionais, seja pelas políticas adotadas ou pela corrupção, novos atores políticos adentram no cenário como discursos de serem diferenciados e contra as antigas práticas contrárias às leis. A crise democrática foi refletida em momentos como a eleição de Donald Trump e a saída do Reino Unido da União Europeia. Nessas situações, a população mostra-se insatisfeita com a conjuntura política do país, nesse caminho, a maioria dos partidos não conseguiu capturar as insatisfações e acabou perdendo popularidade e votos nas eleições. As classes trabalhadoras sofreram e ainda sofrem com as influências negativas da globalização neoliberal e, em muitos casos, acabam não sendo ouvidas.

O autor vai desenvolver suas ideias acerca da crise das democracias liberais e, nesse aspecto, podemos abordar diversos indicativos e a realidade de muitos países que enfrentam essa questão política e social; a crise de legitimidade política vai se espalhando pelos países continuamente. As campanhas eleitorais tornam-se, cada vez mais, altamente apuradas em sua publicidade e em *marketing*, transformando a atividade em uma mercadoria. A economia está se voltando com maior centralidade ao mercado e a população começa a perceber as contradições, como o próprio autor cita, do Estado que reduz investimentos e atua com austeridade, mas auxilia bancos a saírem de crises, enquanto a população enfrenta problemas diários.

O sistema de democracia liberal não funciona mais, fato que pode ser observado ao redor do mundo como na França, na Espanha e no Brasil. As crises financeiras afetam em larga escala as economias e criam grande instabilidade para os cidadãos, aumentando as desigualdades sociais.

A Democracia Liberal está se decompondo, como o próprio autor afirma. Os instrumentos que deveriam representar a população estão se deteriorando e a falta de legitimidade torna-se um obstáculo para a resolução de crises. No Brasil, a entrada de Michel Temer representou grande insatisfação, um governo sem legitimidade que agiu de maneira prejudicial para grande parte dos cidadãos. Ainda que reformas sejam fundamentais para a superação da crise, as medidas tomadas afetam diretamente a parcela mais pobre da população, o que

no Brasil significa uma grande parte, em função das desigualdades sociais. No momento que há buscar consenso, em votações de leis ou emendas, o que é observado é a compra de votos, realidade que deslegitima o sistema na mente de cada indivíduo. Dessa maneira, o raciocínio desenvolvido baseia-se na falta de confiança e na certeza de que o governo, os partidos e os políticos não representam os cidadãos. As opiniões de que todos os políticos são corruptos e que eles não tem interesse nas necessidades da população se alastram como uma pandemia.

Aliado a isso, os indivíduos não buscam se informar, apenas tentam afirmar sua própria opinião em fontes específicas, logo, como ocorreu na campanha de Jair Bolsonaro, os eleitores muitas vezes não buscam se informar ou decidem que as informações sobre o candidato e suas declarações não são tão importantes quanto sua “honestidade” e sua “busca pelo fim da corrupção”. É perceptível, de acordo com o exposto pelo autor, que figuras como Bolsonaro surgem em função da crise de legitimidade e da necessidade de escolher um candidato que se mostra afastado dos partidos tradicionais e da corrupção. Entretanto, ao mesmo tempo que afirmam suas opiniões, ignoram outras fundamentais, mantendo a postura anticorrupção. Ao redor do globo, figuras alternativas surgiram e conquistaram espaço com discursos que atacam minorias e com os casos europeu e americano, com discursos xenófobos.

Outro aspecto tratado por Castells é o processo de globalização, que está cada vez mais presente na vida cotidiana. Nesse viés, esse processo incide sobre o Estado-Nação e na busca que o mesmo tem para se globalizar, conseqüentemente, obter acesso a recursos e ao poder do sistema global. Seguindo esse raciocínio, buscando atuação global, há formação do que o autor chama de Estado-Rede, na procura de união política e econômica para tratar de problemas que são percebidos a redor do globo. A União Europeia é o exemplo citado e, apesar dos benefícios que proporciona aos países membros, apresenta aspectos que diminuí a legitimidade de cada Estado-Nação. Argumentando que já no Estado-Nação os cidadãos possuem um sentimento de distanciamento quanto às decisões, o autor afirma que no Estado-Rede os cidadãos desenvolvem maior sentimento de distância frente ao que é decidido, como nos acordos comerciais que os países adotam e que fogem da escolha dos cidadãos. Esse é um dos motivos que foram decisivos para a saída do Reino Unido da União Europeia. O Estado-Nação, inserido na globalização está situado entre os fluxos globais e as identidades construídas para formação do que caracteriza cada cidadão. Cada vez mais ocorre a crise no sistema de legitimidade e de representação nos Estados.

Além disso, o autor também trata das mídias sociais na formação das opiniões e do caráter de cada político. A manipulação da imagem dos candidatos é uma realidade presente nos âmbitos políticos no mundo. No Brasil, ocorreu nas atuais eleições presidenciais de 2018 com

cadadiscursoeocomportamentodoscandidatosqueforamparaosegundoturno.TantoFernando Haddad quanto JairBolsonaro moldaram seus discursos para conquista mais votos. Haddadbuscouumafalamaisvoltadaparaopovo,comsemelhançaàmaneiraqueoex-presidenteLula se comunicava.Bolsonaromanteveseudiscursodessegurançapúblicaedecombateàcorrupção, entretanto, teve necessidade de se moldar para abarcar outra parcela dos eleitores; sendo conhecido por suas declarações polêmicas e discursos de ódio, precisou “acalmar os ânimos” para conquistar outroseleitores.

Outro fator relacionado à política é a imagem de identificação de um candidato, que busca se conectar com a população em uma relação de confiança. Sabendo que os partidos políticos já perderam sua credibilidade em razão dos escândalos de corrupção, a identificação com a personalidade é a ferramenta de ação para conquistar o eleitorado.Haddad,candidatodo PT,jáiniciouadisputaemdesvantagem,umavezquenamentede grandepartedoscidadãos,o PT é o símbolo de corrupção no país. Em uma campanha anti-petista, o candidato do PSL representou a opção para “salvação”. Outro exemplo recente foi o debate entre os candidatos à governadornoRiodeJaneiro;paraatacaracredibilidadeeassociaraimagemdeEduardoPaes à experiências anteriores negativas, o candidato Wilson Witzel repetia constantemente que o oponente era “o candidato do Pezão e do Cabral”. É a estratégia chamada de “política do escândalo”, como o autor afirma. Atacando a moralidade, por exemplo, afirma-se a falta de confiança no candidato oposto. Gradativamente perde-se a confiança nos políticos e, após, no sistema.

3. CONCLUSÃO

Com a reflexão trazida no decorrer do livro, o autor aborda a possibilidade de novas formas de política de esquerda que sejam capazes de passar pela crise democrática sem que a população recorra ao populismo de extrema direita.Castellsaindaconcluiquehavendoopressão e desespero, movimentos sociais surgem para transformar a mente dos indivíduos e, conseqüentemente, para mudar as instituições. A esperança de uma nova política não pode ser perdidaapesardenãoconhecermos,ainda,quaisnovasinstituiçõespodemsubstituirascorruptas esemlegitimidadequeformamopanoramaglobal.Aprendendoavivernoçaos,quepodenão sertão prejudicialcomoparece,podemosaprenderadesenvolvernovasformasdeorganização institucional.

Olivroéumaótimafontedereflexãoedescreveem sua maioriasituaçõesextremamente relacionáveisàsituaçãodoBrasil.Acrisedademocracialiberal,comoautoraborda,demonstra

sintomas e consequências e podemos identificar, na política brasileira, as características de um sistema que se aprofunda mais no colapso de falta de representatividade. Os cidadãos não se identificam mais com a velha política e buscam novas fontes de representação, ainda que essa seja repleta de discurso de ódio e de intolerância. É fundamental que haja discussões acerca do tema para que não sejamos levados pela onda de extremismos e de ausência de esperança em um sistema que ainda pode mudar ou se reinventar sem ameaças às liberdades e direitos individuais.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 150 p.

“NÃO NOS REPRESENTAM” - MANUEL CASTELLS E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL. Disponível em: <<https://ciceronogueira.com.br/manuel-castells-a-ruptura-crie-na-democracia-liberal-31a7a456e1ae>>. Acesso em: 28 out. 2018.

PARTIDOS, CONGRESSO E PRESIDÊNCIA SÃO INSTITUIÇÕES MENOS CONFIÁVEIS DO PAÍS. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtml>> Acesso em: 28 out. 2018.